



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

CONSTRUÇÃO DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL – 09 SALAS – PADRÃO FNDE

Código do Programa: **2629820240012**

Nome do Programa: **Novo PAC - FORMALIZAÇÃO - Escolas em Tempo Integral**

Número Reservado PAC: **004386/2024 - 26298007746/2023**

Termo de Compromisso: **964232/2024**

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para execução da obra de CONSTRUÇÃO DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL – 09 SALAS – PADRÃO FNDE, compreendendo fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, insumos, transporte, administração local, mobilização, desmobilização, controle tecnológico, ensaios laboratoriais, gerenciamento executivo, instalações provisórias, segurança do trabalho e todos os demais serviços necessários à perfeita execução e entrega da unidade escolar em pleno funcionamento.

A contratação compreende a execução integral de todos os serviços previstos nos projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros integrantes do processo licitatório.

A obra contempla a execução de:

- Serviços preliminares;
- Limpeza e preparação do terreno;
- Terraplenagem;
- Movimentação de terra;
- Fundações;
- Estruturas de concreto armado;
- Estruturas metálicas;
- Estruturas treliçadas de cobertura;
- Cobertura termoacústica;
- Alvenarias;
- Revestimentos;
- Impermeabilizações;
- Esquadrias;
- Pisos;
- Instalações hidrossanitárias;
- Instalações elétricas;
- Sistema SPDA;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

- Sistema de combate a incêndio e pânico;
- Sistema de drenagem pluvial;
- Cabeamento estruturado;
- Urbanização;
- Paisagismo;
- Acessibilidade;
- Playground;
- Quadra poliesportiva coberta;
- Biblioteca;
- Salas multiuso;
- Cozinha industrial;
- Refeitório;
- Sistemas complementares;
- Testes operacionais;
- Comissionamento;
- Entrega técnica definitiva.

1.1 CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente contratação classifica-se como **obra de engenharia de natureza comum**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por consistir na execução de serviços de construção civil cujos métodos executivos, materiais, equipamentos, técnicas construtivas e padrões de desempenho encontram-se plenamente consolidados e padronizados pelas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelos projetos padronizados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, pelas especificações técnicas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias elaboradas com base nos sistemas oficiais de custos (SINAPI) e demais documentos que integram o processo licitatório.

Nos termos do **art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021**, considera-se obra toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro, que implique intervenção no meio ambiente mediante conjunto harmônico de ações destinadas à construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel.

Por sua vez, a classificação como **obra comum de engenharia** decorre do fato de que os serviços objeto desta contratação possuem desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, projetos executivos completos, memoriais descritivos, normas técnicas da ABNT, especificações do FNDE e demais documentos técnicos, permitindo que as propostas sejam comparadas exclusivamente com base em critérios objetivos de julgamento.

A contratação não envolve desenvolvimento tecnológico, metodologia executiva inovadora, solução singular, predominância intelectual ou elevada complexidade técnica que caracterizem obra especial de engenharia, razão pela qual enquadra-se como obra comum, admitindo a seleção da proposta mais vantajosa mediante critérios objetivos previstos na Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

Tal enquadramento observa, ainda:

- **art. 6º, inciso XII**, da Lei nº 14.133/2021 (conceito de obra);
- **art. 6º, inciso XXI**, da Lei nº 14.133/2021 (conceito de serviço de engenharia);
- **art. 6º, inciso XIII**, da Lei nº 14.133/2021 (conceito de bens e serviços comuns);
- **art. 29** da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a utilização do pregão exclusivamente para aquisição de bens e serviços comuns, não sendo aplicável às obras de engenharia;
- **art. 37, inciso XXI**, da Constituição Federal, que determina a observância de critérios objetivos para seleção da proposta mais vantajosa;
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022**, que dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e reforça a necessidade de caracterização adequada da natureza do objeto;
- entendimento consolidado do **Tribunal de Contas da União – TCU**, no sentido de que obras cujas soluções técnicas são padronizadas, amplamente conhecidas e executadas segundo normas técnicas e projetos completos devem ser classificadas como **obras comuns de engenharia**, não se confundindo com obras especiais.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação será regida por:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Lei Complementar nº 123/2006;
- Lei nº 12.695/2012;
- Lei nº 13.146/2015;
- Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Plano Nacional de Educação;
- Diretrizes do FNDE;
- Novo PAC;
- Normas ABNT;
- Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal.

Nos termos do artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, o Termo de Referência constitui documento necessário para caracterização do objeto, contendo parâmetros e elementos descritivos suficientes para definição da contratação.

A presente contratação também observa:

- Artigo 18 da Lei nº 14.133/2021;
- Artigo 46 da Lei nº 14.133/2021;
- Artigos 92 a 96 da Lei nº 14.133/2021;
- Artigo 117 da Lei nº 14.133/2021;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

- Artigo 6º da Constituição Federal;
- Artigo 205 da Constituição Federal;
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação decorre da necessidade de ampliação da infraestrutura educacional do Município de Santo Antônio de Leverger/MT, visando atendimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, Plano Municipal de Educação e Programa Novo PAC.

O Município apresenta demanda crescente por vagas no ensino fundamental em regime de tempo integral, exigindo ampliação da capacidade física da rede pública municipal.

A insuficiência da infraestrutura existente compromete:

- oferta de vagas;
- permanência escolar;
- qualidade do ensino;
- inclusão educacional;
- desenvolvimento pedagógico;
- ampliação do ensino integral.

O empreendimento possui elevado interesse público, promovendo:

- ampliação da rede municipal;
- melhoria dos indicadores educacionais;
- inclusão social;
- valorização da infraestrutura pública;
- fortalecimento das políticas educacionais.

4. DESCRIÇÃO TÉCNICA DO EMPREENDIMENTO

O projeto adotado corresponde ao padrão oficial FNDE Escola 09 Salas – Térreo. A unidade escolar possui área construída aproximada de 1.424,91 m², implantada em terreno com aproximadamente 6.400,00 m².

A escola foi projetada para atender até 630 alunos em dois turnos ou aproximadamente 315 alunos em tempo integral.

4.1 BLOCO ADMINISTRATIVO

Composto por:

- Secretaria;
- Coordenação;
- Sala de professores;
- Sala de reuniões;
- Direção;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

- Almoxarifado;
- Sanitários acessíveis.

4.2 BLOCO PEDAGÓGICO

Composto por:

- 09 salas de aula;
- Sala de recursos multifuncionais;
- Salas multiuso;
- Sanitários coletivos;
- Sanitários acessíveis.

4.3 BLOCO DE ALIMENTAÇÃO

Composto por:

- Cozinha industrial;
- Despensa;
- Refeitório;
- Copa;
- Área de higienização.

4.4 ÁREAS COMPLEMENTARES

- Biblioteca;
- Quadra poliesportiva coberta;
- Playground;
- Bicicletário;
- Pátio coberto;
- Urbanização;
- Paisagismo.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E NORMATIVAS

A execução deverá observar integralmente:

- Memorial Descritivo FNDE;
- Projetos Executivos;
- Planilhas Orçamentárias;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- ABNT NBR 6118;
- ABNT NBR 6122;
- ABNT NBR 8800;
- ABNT NBR 9050;
- ABNT NBR 5410;
- ABNT NBR 5626;
- ABNT NBR 8160;
- ABNT NBR 9077;
- ABNT NBR 15575;
- ABNT NBR 9575;
- ABNT NBR 10844;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

- ABNT NBR 5419;
- Normas do Corpo de Bombeiros;
- NR-18;
- NR-35;
- Demais normas aplicáveis.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratada deverá:

- possuir registro no CREA ou CAU;
- possuir responsável técnico habilitado;
- apresentar ART/RRT;
- executar integralmente os serviços;
- fornecer todos os materiais;
- manter equipe técnica compatível;
- executar controle tecnológico;
- manter diário de obra;
- cumprir cronograma físico-financeiro;
- observar normas ambientais;
- cumprir normas de segurança do trabalho.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

A licitante deverá apresentar atestados de capacidade técnica acompanhados das respectivas CATs.

Nos termos do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021 será exigida comprovação mínima correspondente a 50% dos quantitativos previstos para as parcelas de maior relevância técnica.

Serão consideradas parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

- I – Estruturas de concreto armado;
- II – Formas para concreto armado;
- III – Armação em aço CA-50 e CA-60;
- IV – Estruturas metálicas;
- V – Fabricação de estruturas metálicas;
- VI – Montagem de estruturas metálicas;
- VII – Estrutura metálica treliçada;
- VIII – Cobertura termoacústica;
- IX – Alvenaria;
- X – Revestimentos;
- XI – Impermeabilização;
- XII – Pisos;
- XIII – Urbanização;
- XIV – Paisagismo;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

- XV – Esquadrias;
- XVI – Instalações hidrossanitárias;
- XVII – Instalações elétricas;
- XVIII – Cabeamento estruturado;
- XIX – SPDA;
- XX – Sistema de combate a incêndio;
- XXI – Serviços de acessibilidade.

Os serviços relativos ao Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e Serviços de Acessibilidade serão considerados parcelas de maior relevância técnica independentemente de sua participação percentual no orçamento, em razão de sua obrigatoriedade legal, da necessidade de atendimento às normas técnicas vigentes, das exigências dos órgãos fiscalizadores e de sua importância para a segurança dos usuários da edificação.

7.2 EXIGÊNCIA ESPECÍFICA PARA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA

Considerando que a cobertura da quadra poliesportiva será executada por meio de estrutura metálica treliçada de grande porte, constituindo parcela de elevada complexidade técnica, a licitante deverá comprovar experiência específica mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica acompanhado da respectiva CAT emitida pelo CREA.

A comprovação deverá demonstrar execução anterior de estrutura metálica treliçada destinada à cobertura de quadra esportiva, ginásio, centro esportivo ou edificação similar, com vão livre mínimo de 22,00 metros.

A presente exigência fundamenta-se na necessidade de comprovação de experiência compatível com as características estruturais do empreendimento, considerando a complexidade inerente aos serviços de fabricação, transporte, movimentação, içamento, montagem, alinhamento geométrico, contraventamento e estabilização estrutural.

A execução da estrutura deverá observar as disposições da ABNT NBR 8800 – Projeto de Estruturas de Aço e de Estruturas Mistas de Aço e Concreto, ABNT NBR 6120 – Ações para o Cálculo de Estruturas de Edificações, ABNT NBR 6123 – Forças Devidas ao Vento em Edificações, ABNT NBR 8681 – Ações e Segurança nas Estruturas e ABNT NBR 16239 – Execução de Estruturas de Aço e de Estruturas Mistas de Aço e Concreto.

8. VISITA TÉCNICA

A visita técnica terá caráter facultativo, podendo ser realizada pelas licitantes interessadas até a data estabelecida no edital.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

A visita técnica tem por finalidade proporcionar pleno conhecimento das condições locais para execução dos serviços, permitindo avaliação quanto:

- às características do terreno;
- às condições de acesso;
- à logística de transporte de materiais e equipamentos;
- às condições topográficas;
- às interferências existentes;
- às condições operacionais para implantação do canteiro de obras;
- às redes de infraestrutura disponíveis.

A não realização da visita técnica não constituirá motivo para inabilitação ou desclassificação da licitante.

A licitante que optar por não realizar a visita deverá apresentar Declaração de Pleno Conhecimento das Condições Locais, afirmando possuir conhecimento suficiente do local da obra, dos projetos, especificações técnicas e demais elementos necessários à elaboração de sua proposta, assumindo integral responsabilidade pelos custos e condições de execução do objeto.

A apresentação da proposta implicará aceitação plena das condições existentes no local de execução dos serviços, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento para fins de solicitação de aditivos, reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução adotado será o de:
EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

A adoção deste regime fundamenta-se no artigo 46 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que a obra possui diversos serviços passíveis de medição individualizada, cujos quantitativos poderão demandar ajustes durante a execução contratual, sem alteração da natureza do objeto.

O regime por preço unitário possibilita:

- medição dos serviços efetivamente executados;
- maior precisão na fiscalização contratual;
- melhor controle físico-financeiro da obra;
- adequada remuneração dos serviços realizados;
- compatibilidade com as características da planilha orçamentária;
- melhor gestão de eventuais acréscimos e supressões contratuais previstos em lei.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

A contratada será remunerada conforme as quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela fiscalização, observados os preços unitários constantes da planilha contratual.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será:
EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

Serão desclassificadas as propostas que:

- apresentarem preços inexequíveis;
- apresentarem preços manifestamente superiores ao orçamento estimado;
- apresentarem vícios insanáveis;
- não atenderem às exigências do edital;
- deixarem de contemplar qualquer item obrigatório da planilha orçamentária.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução da obra será aquele estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro integrante do processo licitatório.

O prazo será contado a partir da emissão da Ordem de Serviço.

A contratada deverá observar rigorosamente os marcos físicos previstos para:

- fundações;
- estruturas;
- cobertura;
- instalações;
- acabamentos;
- urbanização;
- entrega final.

O atraso injustificado sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

12. ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA

A contratada deverá manter equipe técnica permanente compatível com o porte e complexidade da obra.

A equipe mínima deverá contemplar:

Responsável Técnico

Engenheiro Civil devidamente registrado no CREA, responsável pela condução técnica dos serviços.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

Mestre de Obras

Responsável pelo acompanhamento diário da execução.

Técnico de Segurança do Trabalho

Responsável pela implementação das medidas de segurança.

Equipe Administrativa

Responsável pelos controles documentais, medições e suporte operacional.

Controle Tecnológico

Profissionais responsáveis pelos ensaios e verificações técnicas exigidas.

A fiscalização poderá exigir reforço da equipe sempre que verificar insuficiência operacional.

13. CONTROLE TECNOLÓGICO

A contratada deverá executar integralmente todos os ensaios necessários à comprovação da qualidade dos materiais e serviços executados.

Serão obrigatórios, no mínimo:

Estruturas de Concreto

- Slump Test;
- Moldagem de corpos de prova;
- Ensaios de resistência à compressão;
- Controle de rastreabilidade do concreto.

Terraplenagem

- Controle de compactação;
- Controle de umidade;
- Ensaios de densidade.

Estruturas Metálicas

- Controle dimensional;
- Verificação de soldas;
- Verificação de parafusamentos;
- Certificados de origem do aço.

Instalações Hidrossanitárias

- Testes hidrostáticos;
- Testes de estanqueidade;
- Testes de funcionamento.

Instalações Elétricas

- Testes de continuidade;
- Testes de aterramento;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

- Testes de isolamento;
- Verificação de funcionamento dos circuitos.

Sistema SPDA

- Medição ôhmica do aterramento;
- Laudo de conformidade.

Sistema de Combate a Incêndio

- Testes de funcionamento;
- Verificação dos dispositivos instalados;
- Laudos exigidos pelo Corpo de Bombeiros.

Todos os custos relativos ao controle tecnológico serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à contratada:

- executar integralmente os serviços;
- fornecer materiais, equipamentos e mão de obra;
- observar integralmente os projetos;
- cumprir as normas técnicas;
- cumprir as normas de segurança;
- manter o canteiro organizado;
- manter diário de obra atualizado;
- apresentar ARTs de execução;
- apresentar documentação trabalhista;
- realizar controle tecnológico;
- manter equipe mínima exigida;
- reparar defeitos constatados;
- corrigir inconformidades apontadas pela fiscalização;
- preservar o patrimônio público;
- proteger redes existentes;
- garantir acessibilidade durante a execução;
- manter limpeza permanente do canteiro;
- promover adequada destinação dos resíduos da construção civil.

A contratada responderá integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à Administração:

- disponibilizar os projetos;
- fornecer as informações necessárias;
- emitir a Ordem de Serviço;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

- designar fiscalização;
- designar gestor contratual;
- acompanhar a execução;
- analisar medições;
- promover os pagamentos devidos;
- registrar ocorrências contratuais;
- aplicar sanções quando cabíveis.

A fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades técnicas.

16. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As medições serão realizadas mensalmente ou conforme cronograma aprovado pela Administração.

Somente serão medidos e pagos os serviços:

- efetivamente executados;
- conferidos pela fiscalização;
- compatíveis com os projetos;
- compatíveis com o cronograma físico-financeiro;
- devidamente registrados no diário de obra.

A medição deverá ser acompanhada de:

- relatório fotográfico;
- memória de cálculo;
- boletim de medição;
- diário de obra;
- documentos de controle tecnológico;
- certidões exigidas contratualmente.

Os pagamentos serão efetuados após:

- aprovação da medição;
- emissão da nota fiscal;
- comprovação da regularidade fiscal;
- comprovação da regularidade trabalhista;
- comprovação da regularidade previdenciária.

Serviços executados em desacordo com os projetos ou normas técnicas não serão medidos nem pagos até sua completa regularização.

17. GARANTIA CONTRATUAL

Nos termos do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser exigida da contratada prestação de garantia contratual correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

A garantia poderá ser prestada mediante:

- caução em dinheiro;
- seguro-garantia;
- fiança bancária;
- título de capitalização custeado por pagamento único.

A garantia deverá permanecer vigente durante toda a execução contratual e até o recebimento definitivo da obra.

Em caso de alteração contratual que implique acréscimo de valor, a garantia deverá ser complementada proporcionalmente.

A garantia poderá ser utilizada para:

- ressarcimento de prejuízos causados à Administração;
- pagamento de multas contratuais;
- cobertura de inadimplemento contratual;
- reparação de danos decorrentes da execução.

18. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A contratada deverá observar integralmente todas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente:

- NR-01;
- NR-06;
- NR-10;
- NR-12;
- NR-18;
- NR-23;
- NR-33;
- NR-35.

Será obrigatória a elaboração e implementação dos documentos legalmente exigidos, incluindo:

- Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- Análise Preliminar de Riscos – APR;
- Plano de Resposta a Emergências;
- Plano de Resgate para Trabalho em Altura.

A contratada deverá fornecer gratuitamente aos trabalhadores:

- Equipamentos de Proteção Individual – EPIs;
- Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs;
- treinamentos obrigatórios;
- sinalização de segurança.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

Todos os acidentes ocorridos na obra deverão ser imediatamente comunicados à fiscalização.

19. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A execução da obra deverá observar os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratada deverá adotar medidas destinadas à:
Gestão de Resíduos

- segregação de resíduos;
- reaproveitamento de materiais;
- destinação ambientalmente adequada;
- atendimento à Resolução CONAMA nº 307.

Uso Racional de Recursos Naturais

- redução do desperdício de água;
- redução do desperdício de energia;
- reaproveitamento de materiais quando tecnicamente possível.

Controle Ambiental

- controle de poeira;
- controle de ruídos;
- controle de emissões;
- proteção da vegetação existente.

Sustentabilidade do Empreendimento

A contratada deverá observar integralmente as soluções sustentáveis previstas no projeto FNDE, incluindo:

- ventilação cruzada;
- iluminação natural;
- áreas permeáveis;
- paisagismo;
- acessibilidade universal;
- eficiência energética.

20. MAPA DE RISCOS

RISCO	CAUSA	IMPACTO	PROBABILIDADE	MEDIDA MITIGADORA
Atraso na obra	Planejamento inadequado	Alto	Média	Cronograma executivo detalhado
Incompatibilidade de projetos	Falhas de compatibilização	Alto	Média	Revisão prévia dos projetos
Problemas geotécnicos	Características do solo	Alto	Média	Sondagem e projeto executivo
Acidentes de trabalho	Descumprimento de	Alto	Média	Fiscalização e



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

RISCO	CAUSA	IMPACTO	PROBABILIDADE	MEDIDA MITIGADORA
	normas			treinamentos
Falta de materiais	Problemas logísticos	Médio	Média	Planejamento de suprimentos
Baixa produtividade	Mão de obra insuficiente	Médio	Média	Gestão permanente
Falhas estruturais	Execução inadequada	Alto	Baixa	Controle tecnológico
Problemas em estruturas metálicas	Montagem inadequada	Alto	Baixa	Fiscalização especializada
Falhas em SPDA	Execução inadequada	Alto	Baixa	Ensaio e laudos
Falhas no sistema de incêndio	Instalação inadequada	Alto	Baixa	Testes e aprovação
Chuvas intensas	Eventos climáticos	Médio	Média	Planejamento executivo
Danos ambientais	Manejo inadequado	Médio	Baixa	Plano ambiental

21. MATRIZ DE RISCOS CONTRATUAL

EVENTO

Erros executivos

Falhas construtivas

Acidentes de trabalho

Danos a terceiros

Atraso de fornecedores

Falhas de planejamento

Erros em projetos fornecidos pela Administração

Interferências não identificadas previamente

Reequilíbrio econômico legal

Caso fortuito ou força maior

Chuvas extraordinárias comprovadas

RESPONSÁVEL

Contratada

Contratada

Contratada

Contratada

Contratada

Contratada

Contratante

Contratante

Compartilhado

Compartilhado

Compartilhado

22. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

A Administração designará formalmente:

Fiscal Técnico

Responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços.

Fiscal Administrativo

Responsável pelo acompanhamento documental e contratual.

Gestor do Contrato

Responsável pela coordenação geral da execução contratual.

Compete à fiscalização:

- acompanhar os serviços;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

- verificar conformidade técnica;
- validar medições;
- registrar ocorrências;
- exigir correções;
- emitir relatórios;
- aplicar notificações.

A atuação da fiscalização não transfere à Administração responsabilidade pelos serviços executados.

23. RECEBIMENTO DA OBRA

23.1 Recebimento Provisório

O recebimento provisório ocorrerá após:

- conclusão física da obra;
- solicitação formal da contratada;
- vistoria técnica da fiscalização.

Será lavrado Termo de Recebimento Provisório.

Caso sejam identificadas pendências, será estabelecido prazo para correção.

23.2 Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá após:

- correção integral das pendências;
- entrega do as built;
- entrega dos manuais;
- entrega dos laudos técnicos;
- entrega dos ensaios;
- aprovação dos sistemas instalados;
- aprovação da fiscalização.

Será emitido Termo de Recebimento Definitivo.

23.3 Documentação Obrigatória para Recebimento Definitivo

A contratada deverá entregar:

- ART de execução;
- ART dos projetos complementares eventualmente elaborados;
- diário de obra;
- relatórios de controle tecnológico;
- laudos de resistência do concreto;
- laudos de aterramento;
- laudos do SPDA;
- laudos das instalações elétricas;
- laudos das instalações hidrossanitárias;
- projeto "as built";
- manual de operação e manutenção;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

- certificado de garantia dos equipamentos;
- demais documentos exigidos pela fiscalização.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS


A execução da obra deverá observar integralmente:

- Projetos Executivos;
- Memorial Descritivo FNDE;
- Planilhas Orçamentárias;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Normas da ABNT;
- Normas Regulamentadoras;
- Legislação Federal, Estadual e Municipal;
- Condições do Edital;
- Condições Contratuais.

As soluções técnicas adotadas deverão assegurar:

- segurança estrutural;
- durabilidade;
- desempenho;
- acessibilidade;
- sustentabilidade;
- funcionalidade pedagógica;
- economicidade de manutenção.

Todas as alterações contratuais deverão observar os limites e condições estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.


Marcos Antonio Tolentino de Barros
Engenheiro Civil – CREA 3552/D-MT
Departamento de Engenharia